



**Cópia:**

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 31/2020, em que é recorrente **Arlindo Teixeira** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

# TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

## ACÓRDÃO N.º 47/2023

*(Autos de Amparo 31/2020, Arlindo Teixeira v. STJ,  
Inadmissão por Ausência de Pedido de Reparação)*

### I. Relatório

1. O Senhor Arlindo Teixeira, não se conformando com a omissão do Supremo Tribunal de Justiça em não decidir reclamação que intentou contra despacho de Veneranda Juíza Conselheira Relatora que recusou pedido de revogação de medidas de coação aplicada, veio a este Tribunal Constitucional pedir amparo constitucional com base em razões que expõe da seguinte forma:

#### 1.1. Quanto aos factos, que:

1.1.1. Desde o início do seu processo em 2015, tanto o órgão recorrido como o tribunal de instância insistiram em mantê-lo sujeito a prisão preventiva, mesmo em situação em que havia fortes indícios de que terá agido ao abrigo de uma causa da exclusão da ilicitude, facto que somente viria a ser alterado por via do *Acórdão n.º 8/2018* do Tribunal Constitucional que ordenou a sua colocação imediata em liberdade;

1.1.2. Não obstante essa decisão, por despacho da Juíza Conselheira Relatora de 26 de abril de 2018, o recorrente viria a ser submetido a novas medidas de coação de interdição de saída do país, apreensão do seu passaporte e apresentação periódica a autoridades policiais, violando grosseiramente o número 3 do artigo 261 do CPP, tendo tal medida causado graves e consideráveis prejuízos materiais e morais;

1.1.3. Por meio de requerimento datado de 30 de setembro de 2019, pediu, por meio de sua defesa revogação dessas medidas de coação, “por violação do Nº 3 do artigo 261º do CPP, e por violação dos Direitos e Garantias Fundamentais constitucionalmente consagrados, quais sejam, (i) Nº 1 do Artigo 22º da CRCV que garante a qualquer arguido a o Direito de acesso à Justiça mediante um Processo Justo e Equitativo e num Prazo Razoável; (ii) Nº 1 do Artigo 29º e Nº 1 do Artigo 30º da CRCV que consagra o Direito à Liberdade sobre o Corpo; (iii) Nº 1 do Artigo 35º da CRCV que, por um lado, consagra o Direito à Liberdade sobre o Corpo e, por outro, consagra o Direito Fundamental de ser Julgado no mais Curto Espaço de Tempo possível; (iv) Artigo 51º da CRCV que consagra o Direito de Entrar e Sair Livremente do Território Nacional e de Emigração; (v) Bem como será uma violação do disposto no Nº 1 do Artigo 284 da Constituição da República que confere Força Obrigatória Geral aos Acórdãos proferidos pelo Tribunal Constitucional”;

1.1.4. Contudo, por despacho da Relatora de 30 de setembro de 2019 tal pretensão viria a ser indeferida, sem qualquer pronunciamento a respeito da aplicabilidade ou não do número 3 do artigo 261 do CPP ao seu caso concreto;

1.1.5. Em seguida, terá, paralelamente ao recurso de amparo, interposto reclamação para a conferência contra esse despacho e interposto recurso de amparo perante o Tribunal Constitucional, pretensão que terá sido indeferida por meio do *Acórdão nº 4/2020*, com o argumento de que seria necessária interposição de reclamação para a conferência do Egrégio Supremo Tribunal de Justiça contra aquele despacho, não obstante ter feito tal diligência desde o dia 2 de janeiro de 2020, facto desconhecido por este Tribunal;

1.1.6. Considerando que a reclamação deu entrada na secretaria do órgão recorrido dentro do prazo legal e de, até à data da interposição do recurso de amparo, este órgão ainda não a havia decidido, estariam esgotadas as “vias de Recurso Ordinário”;

1.2. Acresceria que a manutenção do arguido sujeito às aludidas medidas de coação de forma tão ilegal, imoral e inconstitucional,

1.2.1. Tem provocado graves, sérios e irreparáveis prejuízos materiais, patrimoniais, físicos, mentais e familiares ao arguido; pois,

1.2.2. Dificilmente se conseguirá alcançar o sentimento de injustiça que estará sofrendo, assim, concluindo, que tal omissão viola vários direitos fundamentais seus que elenca.

1.3. Pedia, então, que o Tribunal:

1.3.1. Decretasse a revogação definitiva das medidas de coação a que vem estado sujeito, por manifesto desrespeito pelo número 3 do artigo 261 do CPP e em violação de seus direitos fundamentais à liberdade sobre o corpo, presunção de inocência, ser julgado no mais curto espaço de tempo possível, de entrar e sair livremente do território nacional, de emigração e de resistência contra agressões ilícitas;

1.3.2. Ordenasse a devolução dos seus documentos pessoais, incluindo o seu passaporte;

1.3.3. Remettesse missiva, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, à Embaixada de França em Cabo Verde, informando que podem e devem emitir-lhe novos títulos de viagem, inclusive um passaporte novo para substituir o outro que foi apreendido, por forma a possibilitar a sua saída de Cabo Verde;

1.3.4. Expedisse ofícios às autoridades policiais e serviços de estrangeiros e fronteiras para não se oporem ou impedirem a sua saída de Cabo Verde.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

2.1. Grosso modo entende que o recurso interposto parecia cumprir os pressupostos de admissibilidade, porque “o recorrente tem legitimidade, o objecto e o pedido cabem nos termos do processo, afigura-se estar em tempo, porque impugna uma

omissão de acto judicial, e o requerimento cumpre suficientemente os requisitos de fundamentação exigíveis pelos artigos 7º e 8º da [L]ei do [A]mparo”;

2.2. Mais especificamente, através de comparação que opera entre o direito espanhol e o cabo-verdiano no que toca ao recurso de amparo e a interpretação que faz dos dispositivos da nossa lei de amparo no que toca ao esgotamento das vias de recurso ordinário, da sumariedade do recurso de amparo e da necessidade de invocação da violação no processo logo que dela se tenha conhecimento, entende que a exigência de pedido de reparação parece dever harmonizar-se “com o sentido comum de esgotamento da via de recurso ordinário tal como é entendido nas leis de processo aplicáveis em cada caso, designadamente, porque primeiro é regra que dos despachos, “quando impugnáveis, cabe recurso e não reclamação”, segundo “as regras de processo repugnam e preveem possibilidade de imposição de custas para os causadores de actos e incidentes processuais supérfluos, não permitidas nas leis do processo ou pretensões infundadas”;

2.3. Precisamente porque “seria paradoxal que perante uma decisão judicial contra a qual a lei não preveja recurso ordinário, o legislador exigisse que, quem pretendesse interpor um recurso de amparo constitucional contra esse mesmo despacho, tenha que “expressa e formalmente” denunciar essa violação e requerer do autor ou órgão titular do despacho reparação do direito violado”.

3. O recorrente veio no dia 24 de junho de 2021 protocolar novo requerimento, alegando, no essencial, o seguinte:

3.1. O Tribunal Constitucional não decidiu o pedido de revogação das medidas de coação que lhe haviam sido aplicadas, tendo as mesmas se extinguido antes dessa decisão;

3.2. Mas o Supremo Tribunal de Justiça,

3.2.1. Ao invés de apenas declarar a extinção de todas as medidas de coação a que estava sujeito, acabou também, por meio do *Acórdão 63/2021 de 16 de junho*, por decretar-lhe a medida de coação pessoal de obrigação de permanência na habitação;

3.2.2. Tal como as anteriores medidas de coação, entende que também a permanência na habitação deve ser revogada, por violação do número 3 do artigo 261 do

CPP e por violação de direitos fundamentais de sua titularidade, quais sejam o direito de acesso à justiça mediante um processo justo e equitativo e num prazo razoável, o direito à liberdade sobre o corpo, o direito de entrar e sair livremente do território nacional e de emigração e em violação do número 1 do artigo 284 da Constituição da República que confere força obrigatória geral aos acórdãos proferidos pelo Tribunal Constitucional;

### 3.3. Assevera ainda o Tribunal Constitucional,

3.3.1. Não tinha decidido o pedido anterior de revogação das medidas de coação nem decidido sobre a adoção urgente de medidas provisórias requeridas;

3.3.2. Acresceria que a manutenção do arguido sujeito à aludida medida de coação de forma tão ilegal, imoral e inconstitucional, vinha provocando graves, sérios e irreparáveis prejuízos materiais, patrimoniais, físicos, mentais e familiares ao arguido; Pois,

3.3.3. Dificilmente se conseguiria alcançar o sentimento de injustiça que estaria a sofrer, assim, concluindo, que tal omissão violaria vários direitos fundamentais de sua titularidade que elenca.

3.4. Por último, o número 1 artigo 278 do CPP permitiria tanto ao STJ como ao Tribunal Constitucional revogar as medidas de coação de forma oficiosa, por iniciativa própria, o que deveria ter sido feito, mas “mesmo perante os requerimentos, reclamações de defesa e recursos de amparo constitucional, verifica-se uma tremenda indevida[...] dilação, por parte tanto do Supremo Tribunal de Justiça como do Tribunal Constitucional, o que constitui violação do N° 1 do Artigo 22° da Constituição, em conjugação com o N° 1 e 4 da mesma Constituição”;

### 3.5. Considerando essa alteração dos factos, pede provisoriamente que o Tribunal:

3.5.1. Decida urgentemente o recurso de amparo nº 31/2020, com proferimento de decisão sobre a admissibilidade e sobre a adoção de medidas provisórias, conforme e nos prazos dispostos nos artigos 11, 12, 13 e 14 da Lei do Recurso de Amparo;

3.5.2. Suspenda imediatamente a medida de coação obrigação de permanência na habitação a que foi sujeito em virtude do Acórdão nº 63/2021, de 16 de junho;

3.5.3. Oficie às autoridades policiais, a nível local e nacional, para, ao contrário do que já foi decretado pelo Supremo Tribunal de Justiça, não perturbarem ou obstaculizarem o seu direito fundamental à liberdade de movimentos pessoal, abstendo de o coagir a ficar confinado na sua habitação.

3.6. A nível de pedidos finais, requer que o Tribunal Constitucional:

3.6.1. Revogue definitivamente todas e quaisquer medidas de coação a que vem estando sujeito incluindo a obrigação de permanência na habitação, por manifesto violação do número 3 do artigo 261 do CPP e de direitos fundamentais de sua titularidade;

3.6.2. Expedir ofícios às autoridades policiais e dos serviços de estrangeiros e fronteiras para que não operem obstáculos ou impedirem a sua saída de Cabo Verde e para não perturbarem ou obstaculizarem o seu direito fundamental à liberdade de movimento pessoal, abstendo de o coagir a ficar confinado na sua habitação.

4. Cumprindo o estabelecido no artigo 12 da Lei n.º 109/IV/94 de 24 de outubro, foram os autos uma segunda vez com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso, tendo-o feito o Sr. Procurador Geral da República, o qual articulou os seguintes argumentos:

4.1. Entende que o decidido no Acórdão nº 63/2021 do STJ que o recorrente veio juntar aos autos, parece inutilizar o efeito útil do anterior pedido de amparo formulado no requerimento inicial, pelo que “é de se admitir a utilidade processual na alteração formulada quanto aos pedidos”, assim que o articulado superveniente apresentado pelo recorrente é aceitável na medida em que decorre da “racionalidade e razoabilidade da continuidade do processo”;

4.2. No geral assevera que “porque o recorrente mantém legitimidade, o objecto e os pedidos novos reformulados nos termos do processo e foram apresentados em tempo, o requerimento cumpre suficientemente os requisitos de fundamentação exigíveis pelos

artigos 7º e 8º da [L]ei do [A]mparo, o recurso interposto continua a cumprir os pressupostos de admissibilidade”.

4.3. Por fim, considera que “tendo em conta o período decorrido, com a junção de documento e pedidos devidamente actualizados, parece oportuno que se pronuncie com urgência possível, tendo em conta os demais processos em tramitação, sobre a admissibilidade do recurso interposto”.

5. Posteriormente, o recorrente veio, através de novo requerimento de 1 de fevereiro de 2023, solicitar a adoção urgente de medidas provisórias de revogação da medida de coação de permanência na habitação e o aceleração de decisão sobre o seu pedido de amparo que já teria ultrapassado o prazo de vinte e quatro meses.

6. Marcada sessão de julgamento para o dia 24 de fevereiro, nessa data se realizou, com a participação dos Venerandos Juízes-Conselheiros e do Senhor Secretário do TC, dela decorrendo a decisão que se segue acompanhada dos fundamentos articulados *infra*.

## **II. Fundamentação**

1. Do ponto de vista constitucional, o recurso de amparo é concebido como um direito fundamental de “requerer ao Tribunal (...) a tutela de (...) direitos, liberdades e garantias, constitucionalmente reconhecidos”, e também como um meio “de tutela de direitos, liberdades e garantias”, consagrando-se a sua dupla-natureza subjetiva e objetiva.

1.1. Direito este que é delimitado materialmente, na medida em que destinado à proteção direta de apenas uma das três categorias de direitos fundamentais previstas pela Lei Fundamental. Seriam os denominados direitos, liberdades e garantias, tanto os individuais, como os de participação política e de exercício da cidadania e, arguivelmente, os dos trabalhadores. É verdade que se estende para recobrir os direitos análogos a direitos liberdades e garantias ou que portem características específicas com dimensões individuais e civis como, respetivamente, os direitos de proteção judiciária (*Acórdão 6/2017, de 21 de abril, Maria de Lurdes v. STJ, sobre pedido de desistência*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 898-903, 5; *Acórdão*

9/2017, de 8 de junho, *Martiniano Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 925-929, e); *Acórdão 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, e); *Acórdão 24/2017, de 9 de novembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 78, 22 de dezembro de 2017, pp. 1692-1698, e); *Acórdão 12/2018, de 7 de junho, CIMA v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, Decisão de admissibilidade, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, b; *Acórdão 16/2018, de 28 de julho, Luigi Zirpoli v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, 20 de julho de 2018, pp. 1298-1302, e); *Acórdão 17/2018, de 26 de julho, Amândio Vicente v. TRS*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 51, 3 de agosto de 2018, pp. 1328-1333, e); *Acórdão 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre o direito de acesso aos tribunais*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 2; *Acórdão 3/2019, de 24 de janeiro, Ramiro Rodrigues v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, 13 de março de 2019, pp. 480-486, e); *Acórdão 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, p. 36-42, 2.1) e o direito à propriedade privada (*Acórdão 30/2019, de 30 de agosto, Atlantic Global Asset Management v. PGR, sobre violação do direito à propriedade privada, da garantia de juiz, da iniciativa privada e dos direitos à defesa, ao contraditório e de acesso às provas da acusação*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1766-1789); ou ainda para situações que envolvam camadas de proteção essenciais que remetam a certos direitos, liberdades e garantias como a vida ou a integridade pessoal. Porém, fora desses casos, com a tendencial não-inclusão dos direitos económicos, sociais e culturais e dos direitos de grupos vulneráveis que não portem características de direitos, liberdades e garantias, e também de princípios constitucionais objetivos, como, em diversos momentos, este Tribunal já decidiu (*Acórdão 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017),



pp. 423-477, 20.1; *Acórdão 29/2017, de 5 de dezembro, Ovídio de Pina v. STJ*, Rel: JC Aristides R. Lima, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, 1 de fevereiro de 2018, pp. 75-93, 20.1; *Acórdão 06/2018, de 22 de março, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JC Pina Delgado, *Boletim Oficial*, I Série, N. 21, de 11 de abril de 2018, pp. 495-505, 2; *Acórdão 27/2018, de 20 de dezembro, Judy Ike Hills v. STJ, sobre violação de garantia de inviolabilidade de domicílio, de correspondência e de telecomunicações e de garantia da presunção da inocência na sua dimensão de in dubio pro reo*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 11, 31 de janeiro de 2019, pp. 146-178, 2.1.1). Por conseguinte, trata-se de um recurso especialmente desenhado para proteger uma categoria especial de direitos que goza de regime de tutela mais intenso: os direitos, liberdades e garantias.

1.2. E que fica processualmente condicionado ao esgotamento das vias ordinárias de recurso, opção da qual resulta um figurino constitucional que produz diversos efeitos.

1.2.1. Desde logo, a conceção de que todos os tribunais cabo-verdianos são tribunais de proteção de direitos, nos termos da sua respetiva jurisdição, cabendo efetivar essa tutela através dos processos ordinários desenhados pela lei, dos processos especiais previstos pela Constituição como o *Habeas Corpus* ou o recurso contencioso administrativo, ou daqueles que venham a ser definidos pelo legislador, nos termos do artigo 22, parágrafo sexto, segundo o qual “[p]ara a defesa dos direitos, liberdades e garantias individuais, a lei estabelece procedimentos judiciais céleres e prioritários que assegurem a tutela efetiva e em tempo útil contra ameaças ou violações desses mesmos direitos, liberdades e garantias” (*Acórdão nº 36/2022, de 12 de agosto, Ramiro Oliveira Rodrigues v. TRB, sobre violação do direito de acesso à justiça e à tutela jurisdicional efetiva por não-admissão de recurso designado pelo recorrente de amparo ordinário por tribunal judicial*, Rel: JC Pina Delgado, 5.1.3).

1.2.2. E, em consequência, a subsidiariedade do recurso de amparo, recurso constitucional de natureza especial, ao qual só se pode lançar mão, depois de se explorar os mecanismos que correm perante os tribunais ordinários para que estes possam conhecer e garantir a tutela desses mesmos direitos.

1.3. E caracterizado pelo seu informalismo, urgência e sumariedade, conforme decorre da alínea b) do artigo 20, segundo a qual ele “pode ser requerido em simples petição, tem caráter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade”.

1.4. Por conseguinte, está-se perante um direito fundamental e um recurso constitucional desenhado especialmente para a proteção de direitos, liberdades e garantias, que pode ser utilizado subsidiariamente quando os meios ordinários de tutela de direitos que correm os seus trâmites perante os tribunais judiciais ou outros, a existirem, falham. Tais características impõem que a própria lei de processo constitucional que desenvolve os procedimentos atinentes ao recurso de amparo seja interpretada como uma lei restritiva de direito cujo figurino básico se deve manter dentro dos confins dos números 4 e 5 do artigo 17 da Constituição, ainda que parte do regime possa ser legitimamente fixado pelo legislador em razão da remissão à lei (“nos termos da lei”), desde que não se atinja de modo ilegítimo as características essenciais do instituto impostas pelo próprio dispositivo constitucional (“e com observância [obrigatória, diga-se] do disposto nas alíneas seguintes (...)).

2. As exigências da peça de recurso de amparo são as consagradas nos artigos 7º e 8º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, os quais impõem, respetivamente, que:

2.1. A petição seja:

2.1.1. Interposta através de simples requerimento, com indicação expressa de que o recurso tem a natureza de amparo;

2.1.2. Devidamente fundamentada; e

2.1.3. Entregue na Secretaria do Tribunal Constitucional.

2.2. Quanto ao que a lei designa de “fundamentação do recurso”, exige-se que o recorrente, através da peça,

2.2.1. Identifique a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão, bem como os interessados a que o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

2.2.2. Indique com precisão “o ato, facto ou a omissão” que, na sua opinião, violou os seus direitos amparáveis;

2.2.3. Indique com clareza quais deles terão sido vulnerados, “com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados”;

2.2.4. Exponha resumidamente as razões de facto que fundamentam o pedido, bem como “formul[e] conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição”;

2.2.5. Esta deverá “terminar com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades ou garantias violados”, devendo vir acompanhada dos “documentos que julgar pertinentes e necessários para a procedência do pedido”.

2.3. O objeto dessas disposições é determinar o modo de interposição e definir a estrutura da peça processual, de tal sorte que, de forma célere e simplificada, se permita ao Tribunal Constitucional identificar os elementos constitutivos da súplica para que possa decidir sobre a sua admissibilidade, sobre eventuais medidas provisórias aplicáveis e, subsequentemente, sobre o seu mérito.

2.3.1. De um lado, através da facilitação do acesso a esses elementos que decorreriam do modo de organização da peça e da entrega direta no Tribunal Constitucional;

2.3.2. Do outro, pelo facto de se impor um determinado conteúdo à mesma, na medida em que, do ponto de vista do número 1 do artigo 8º, primeiro, remete-se, através das alíneas a) e b); para a identificação das condutas lesivas (“ato, facto ou a omissão”) e para o órgão do poder público ao qual podem ser imputadas (“a entidade, o funcionário ou o agente autor do ato ou da omissão”); segundo, por meio da alínea c), aos direitos,

liberdades e garantias vulnerados por aquelas (“indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais”) e às disposições onde estariam alojados ou os princípios de onde podem ser inferidos (“com a expressa menção das normas ou princípios constitucionais que entendem terem sido violados”); terceiro, nos termos do número 2 da mesma disposição, à explicitação do amparo que se pretende para se remediar a eventual lesão (“a petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se indicará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados”). A argamassa que ligaria esses três elementos decorreria dos fundamentos de facto e de direito que justificam a petição, como também se impõe apresentar, conforme o disposto nas alíneas d) e e) do parágrafo primeiro da primeira disposição.

2.3.3. A regra é que, do ponto de vista da articulação da petição de amparo, deve haver o estabelecimento de uma ligação lógica entre cada conduta impugnada, as posições jurídicas decorrentes do(s) direito(s) que ela vulnera e o amparo adequado para a remediar através da fundamentação. O que se tem verificado até agora é que na maior parte dos casos, isso é muito deficientemente articulado, lançando-se para a peça de recurso, sem grande precisão e racionalização, uma pluralidade de condutas a que globalmente se imputam violações de um conjunto diversificado de direitos, e remetendo-se para amparos genéricos ou impossíveis. O Tribunal Constitucional desde o *Acórdão nº 10/2017, de 8 de junho, Adilson Danielson v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho de 2017, pp. 929-933, b), tem tolerado a interposição de vários amparos que não cumprem essas exigências qualitativas, considerando que a disposição deve ser lida sempre de forma compatível ao direito constitucional ao amparo, no sentido de que “mais importante que o rigor formal é a inteligibilidade do que se expõe e se requer”. Mas, a duras penas, considerando a grande dificuldade que se tem para se compreender o que se impugna, o que se pede e os fundamentos que suportam as petições. A Corte Constitucional continuará – transitoriamente – aberta a privilegiar as admissibilidades, suprimindo ela própria eventuais deficiências das peças, mas, depois de vários anos de prática do amparo em Cabo Verde, é preciso entrar numa nova fase mais exigente, sustentada numa melhor qualificação.

2.3.4. Na situação vertente, pode-se dizer que, no geral, o recorrente, além de ter apresentado as suas peças, inicial e supervenientes, na secretaria deste Tribunal,

indicando expressamente que se referia a súplicas de amparo e pedidos de adoção de medida provisória em sede de recurso de amparo, incluiu exposição das razões de facto que as fundamentam e integrou segmento conclusivo resumindo por artigos os fundamentos de facto e de direito que suportam os seus pedidos. Apesar de serem bastante extensas, o que contraria a ideia do recurso de amparo articulado em simples requerimento e cria circunstância que dificulta a análise do Tribunal tendente à determinação do seu objeto, pode-se dizer que a petição e o requerimento superveniente correspondem às exigências mínimas previstas pela lei, permitindo a esta Corte apurar as suas intenções e as pretensões que pretende fazer valer em juízo.

2.3.5. Mais especificamente, dispondo a Constituição que a tramitação do amparo deve ser baseada no princípio da celeridade, as condições para tanto devem começar a ser criadas pelos próprios jurisdicionados apresentando devidamente as suas peças, calibrando a extensão da sua argumentação, precisando os elementos nucleares do recurso em termos de identificação de conduta atribuível a poder público, indicação dos parâmetros de escrutínio e definição do amparo pretendido, a tríade que compõe a estrutura vital deste recurso. Sendo certo que em relação aos derradeiros, a legislação de processo constitucional aplicável – neste caso, o artigo 24, parágrafo segundo, da Lei do Amparo e do *Habeas Data* – permite a esta Corte suprir deficiências de indicação de parâmetros e amparos, além de ser um risco que, desnecessariamente, o recorrente não deve assumir, posto que se trata de ato discricionário do Tribunal (note-se, num caso e no outro, a utilização da expressão “pode”) – que utilizará quando entender justificado e conveniente – isso, a) consome sempre muito mais tempo; b) desvia a atenção individual dos juízes de outros aspetos da aferição de admissibilidade; c) aumenta a carga de esforço do Coletivo em arbitrar ele próprio parâmetros e amparos. E, d), no mínimo, pode resultar no adiamento da apreciação do pedido de amparo, se não na sua inadmissão.

2.3.6. No caso concreto, emergem algumas dúvidas na configuração do objeto do recurso, posto que o recorrente entre a petição inicial e esta apreciação de admissibilidade apresentou mais duas peças. A segunda de 1 de fevereiro de 2023 tem no seu bojo mais uma imputação de violação de direitos ao Tribunal Constitucional, um pedido de aceleração decisória e um ajustamento da medida provisória requerida. Não introduz qualquer pedido novo que pudesse alterar o objeto do presente recurso, mas densifica a fundamentação do anteriormente relatado e alegado. Mas, a primeira delas, de 24 de junho

de 2021, apresenta um novo ato recorrido, uma conduta inédita e atualiza os pedidos de amparo que pretende fazer valer, levando à introdução necessária de um novo objeto do recurso assente na impugnação da aplicação de medida de coação de obrigação de permanência na habitação por meio do Acórdão nº 63/2020 do STJ. É discutível se o próprio recorrente não teria que apresentar a segunda peça como pedido autónomo de amparo e não simplesmente como apenso ao anterior. Seja como for, permitindo-se que assim seja no contexto da presente situação, deverá cumprir todas as condições exigidas por lei para a sua admissibilidade como um novo pedido de amparo, afastando-se o primeiro pedido por perda de objeto, já que, a ter havido violação por excessiva dilação da decisão da reclamação protocolada ela foi ultrapassada. Pela razão de que, com o ato impugnado, e independentemente de qualquer consideração que se faça sobre as alíneas b) e seguintes da parte decisória, cujo efeito vulnerador sobre posições jurídicas fundamentais que o recorrente alega, o facto é que o tribunal recorrido através da decisão transposta para a alínea a), reparou as eventuais violações que decorreram da aplicação das outras medidas de coação até então aplicadas ao declará-las extintas pelo decurso do prazo. Na medida em que em casos de omissão decisória, como regra, o amparo máximo que pode ser obtido é uma injunção dirigida ao órgão judicial recorrido para suprir a omissão e não propriamente a revogação direta das medidas de coação, na medida em que já se pronunciou sobre a questão de fundo, inclusive declarando, ainda que com fundamentos próprios, a extinção das medidas de coação então impostas, nada de útil haveria a decidir.

2.4. Sendo assim, todos os requisitos da peça estão presentes, considerando o Tribunal ter todos os elementos necessários a verificar se o recurso é admissível, sem a necessidade de emitir qualquer decisão de aperfeiçoamento.

3. Assim, limitando-se o objeto do recurso ao recortado pela segunda peça, no essencial consegue-se depreender a conduta que pretende impugnar, os direitos que entende terem sido violados e, genericamente, intui-se o amparo último que almeja obter, aspetos que serão avaliados adiante, se for necessário. Isso porque diz que:

3.1. A aplicação de medida de coação de permanência na habitação, em clara violação do número 3 do artigo 261 do CPP, porque em situação em que o recorrente terá agido ao abrigo de causa de exclusão da ilicitude – legítima defesa ou mesmo direito de

resistência contra agressões ilícitas –, em alegado desrespeito por uma decisão do Tribunal Constitucional,

3.2. Violaria os seus direitos de acesso à justiça mediante um processo justo e equitativo e num prazo razoável, à liberdade sobre o corpo, de entrar e sair livremente do território nacional e de emigração e em violação do número 1 do artigo 284 da Constituição da República que confere força obrigatória geral aos acórdãos proferidos pelo Tribunal Constitucional.

3.3. Justificando amparo conducente à revogação das medidas de coação aplicadas e de determinação, através do envio de injunções, de não violação da sua liberdade sobre o corpo por parte de entidades policiais e serviços de estrangeiros e fronteiras. Além da adoção de um conjunto de medidas provisórias que requer.

4. Antes de prosseguir, cuida o Tribunal de verificar se os pressupostos gerais de admissibilidade se encontram preenchidos, caso seja necessário, ressaltando-se que:

4.1. Por força do artigo 20, parágrafo primeiro, da Constituição da República, e do artigo 18, alínea a) da Lei de Organização, Funcionamento e Processo do Tribunal Constitucional, é evidente que este tribunal é competente em razão da matéria, considerando que se imputa ao órgão judicial recorrido a violação de direito, liberdade e garantia;

4.2. O recorrente, na medida em que, nos termos do artigo 20, parágrafo primeiro, se arrogue ser titular de posição jurídica com essa natureza, e de, conforme a parte final do número 1 do artigo 4º da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, ser pessoa direta, atual e efetivamente passível de ser afetada pela conduta impugnada, já que arguido em processo penal no âmbito do qual foi-lhe aplicada medida de coação de obrigação de permanência em habitação, possui legitimidade processual ativa, o mesmo ocorrendo, no polo passivo, com a entidade recorrida que praticou o ato ao qual se imputa a lesão dos direitos nos termos da orientação geral (v. *Acórdão nº 29/2021, de 3 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 88, 16 de setembro de 2021, pp. 2264-2270, c)).

4.3. Por fim, tratando-se de recurso referente a questão suscitada em processo que corre os seus termos nos tribunais regulado pelo artigo 5º, parágrafo primeiro, o prazo de

interposição é de vinte dias contados da data de notificação da decisão que se recusou a reparar a violação praticada, e por força do artigo 1º da Lei do Amparo e do artigo 50 da Lei do Tribunal Constitucional, com suspensão de contagem aos sábados, domingos e feriados, conforme remissão para o Código de Processo Civil.

4.3.1. No caso em análise, o recorrente impugna o *Acórdão STJ 63/2021* proferido nos *Autos de Recurso Crime 185/2016*, que, datado de 16 de junho de 2022, foi-lhe notificado, ao que parece, no dia 18 de junho de 2021, tendo em conta que ao que tudo indica por lapso consta a data de 18 de julho de 2021.

4.3.2. Considerando que o recurso de amparo deu entrada na secretaria do Tribunal Constitucional no dia 24 de junho do mesmo, a tempestividade do mesmo não suscita dúvidas. Seja como for a tempestividade sempre seria evidente pois a data do acórdão é de 16 do mesmo mês e ano.

5. A construção adequada da peça ou o seu aperfeiçoamento permitem que o Tribunal Constitucional, antes de tudo, consiga identificar o centro nevrálgico do escrutínio de amparo – a conduta impugnada – que se constituirá no objeto do recurso. Podendo materializar-se tanto num ato, como numa omissão, a conduta corresponde a um comportamento de uma entidade à qual se imputa a vulneração de um direito, liberdade e garantia. É a isso que se refere tanto o artigo 20 da Lei Fundamental quando remete à “tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais (...)”, como o artigo 2º da Lei do Amparo, quando se refere à “prática de factos ou à omissão de atos ou factos”. Isso desde que em relação aos atos, nos termos do artigo 2º, número 3, da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, estes não assumam natureza legislativa ou normativa, devendo o Tribunal Constitucional recusar qualquer impugnação que ataque diretamente norma constante de dispositivo legal ou equiparado, como, de resto, tem feito ao recusar-se a admitir recursos de amparo que impugnem normas (*Acórdão nº 35/2019, de 18 de outubro, Alírio Barros v. TRS sobre indeferimento de recurso de fiscalização concreta da constitucionalidade por não aplicação de norma impugnada*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 110, 29 de outubro de 2019, pp. 1813-1828, 2., *Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 42, 21 de julho, pp. 933-950 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. III, Praia, INCV, 2018 (2017),



pp. 423-477, 2.3.4., *Acórdão 15/2017, de 26 de julho, INPS v. STJ, sobre a constitucionalidade do nº 2) do Art. 3º e o Art. 2º do DL 194/91, na interpretação que lhe foi dada pelo Presidente do STJ, no sentido de que fixa um prazo de recurso de cinco dias, independentemente de se tratar de um litígio decorrente de relação de trabalho estabelecida ou de litígio tendente à constituição de uma relação de trabalho*, Rel: JC Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 35, 6 de junho de 2018, pp. 844-856 e na *Coletânea de Decisões do Tribunal Constitucional de Cabo Verde*, Vol. IV, INCV, 2018 (2017), pp. 137-176, 2.2.1, *Acórdão nº 22/2018, de 11 de outubro, Martiniano v. STJ, sobre a violação do direito de acesso aos tribunais por decisão de deserção de recurso*, Rel: JC José Pina Delgado, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 76, 22 de dezembro de 2018, pp. 1824-1835, 5. e 6., *Acórdão nº 29/2019 e Acórdão nº 39/2022, de 28 de outubro, Tecnicil Imobiliária e Alfredo de Carvalho v. PGR*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 2, 5 de janeiro de 2023, pp. 42-49, ii), estabelecendo claramente a distinção entre o objeto de recursos de amparo e o objeto de recursos de fiscalização concreta da constitucionalidade. Na medida em que a aplicação de qualquer ato normativo poderá ser impugnada através deste último recurso constitucional dificilmente se pode considerar o dispositivo legal que exclui do objeto do recurso de amparo atos públicos como portador de um vício de inconstitucionalidade.

5.1. No caso concreto, o recorrente apresenta como conduta lesiva a aplicação pelo órgão judicial recorrido de medida de coação de permanência na habitação, segundo sustenta, em clara violação do número 3 do artigo 261 do CPP, porque em situação em que o recorrente terá agido ao abrigo de causa de exclusão da ilicitude – legítima defesa ou mesmo direito de resistência contra agressões ilícitas –, e em alegado desrespeito por uma decisão do Tribunal Constitucional,

5.2. Dando-se por preenchida essa imposição legal que fixa o próprio objeto do recurso, caso ele seja admitido.

6. E, além disso, é determinante para se identificar os direitos potencialmente atingidos pela conduta lesiva, uma etapa essencial para se verificar se a conduta em causa é passível de ser amparada, do que depende, de uma parte, de estar em causa posição jurídica dependente de direito, liberdade ou garantia ou direito que se pode beneficiar do regime de proteção desta categoria de direitos, e, da outra, de, em potência, ser ato que pode ser diretamente atribuível ao órgão judicial recorrido por este poder ter

responsabilidade direta, imediata e necessária na sua violação, portanto de esta poder ser-lhe imputável de alguma forma.

6.1. No caso concreto, o recorrente invoca vários direitos que, por serem garantias fundamentais, associadas à liberdade sobre o corpo, direitos de proteção judiciária ou a liberdade de sair e entrar livremente no território nacional e de emigrar, bem como o direito de resistência e o direito de autodefesa são passíveis de serem amparados. De outra parte, caso fosse essa a intenção do recorrente, o Tribunal Constitucional não poderia em sede de escrutínio de amparo utilizar, como tal, o parâmetro de que as decisões do Tribunal Constitucional terão força obrigatória geral, precisamente por faltar-lhe subjetividade.

6.1.1. Em todo o caso, pode dar-se por preenchida essa exigência formal incontornável, seja pela sua localização sistemática, seja pela sua natureza intrínseca de garantias associadas à liberdade individual de movimentação pessoal, de direitos análogos de proteção judiciária ou de direitos subjetivos de autotutela de direitos.

6.1.2. Assim, dúvidas não persistirão de que são, respetivamente, direitos análogos e verdadeiros direitos, liberdades e garantias fundamentais amparáveis.

6.2. A determinação final da ocorrência de violação imputável ao órgão judicial recorrido é feita na fase de mérito. No momento de avaliação da presença dos pressupostos e requisitos de admissibilidade basta que o Tribunal avalie a possibilidade racional e abstrata de a conduta impugnada ser suscetível de ter sido praticada direta, imediata e necessariamente pela entidade recorrida.

6.2.1. E, neste particular, trata-se de uma conduta que só poderia ter sido praticada por um único órgão na cadeia decisória correspondente, o Supremo Tribunal de Justiça;

6.2.2. Deste modo, não haverá dúvidas de que ela seja amparável na medida em que direta, imediata e necessariamente passível de ter sido perpetrada por esse Alto Pretório.

7. Um pedido de amparo no sentido de se decretar a revogação definitiva de todas e quaisquer medidas de coação que o arguido esteja sujeito pode ser, em abstrato e no limite desde que o considere adequado a remediar eventual violação perpetrada pelo ato

judicial recorrido, congruente com o desenho de um pedido de amparo à luz do artigo 25 da Lei do Amparo e do *Habeas Data*. Porém, a prática do Tribunal Constitucional não é o de dirigir de modo imediato injunções a autoridades executivas, ultrapassando os órgãos do poder judicial competentes e sempre seria de se discutir se num caso em que o recorrente não se encontra materialmente sujeito à permanência na habitação em que residia no território nacional, conforme havia sido determinado pelo ato judicial recorrido, essa pretensão permanece válida. Em todo o caso, não é questão que tenha de ser resolvida nesta fase de avaliação de admissibilidade.

8. Ademais, consideram-se pressupostos especiais aplicáveis às situações em que o recurso de amparo é colocado contra conduta do poder judicial que ela seja expressa e formalmente invocada no processo logo que o ofendido tenha dela recebido comunicação, que se tenham esgotado as vias legais de recurso e que tenha sido requerida reparação.

8.1. A lei coloca, deste modo, um ónus sobre o titular do direito de suscitar a questão no processo logo que o ofendido tenha tido informação sobre o ocorrido, uma exigência que depende de o recorrente ter tomado conhecimento da violação, nomeadamente através de comunicações judiciais ou de consultas aos autos, e de haver mecanismos processuais previstos para alegar o que entender em sua defesa.

8.1.1. Neste caso, a conduta em causa só pode ter sido praticada originariamente pelo próprio Supremo Tribunal de Justiça, posto ter sido esta alto Tribunal a aplicar a medida de coação de obrigação de permanência na habitação ao recorrente, uma imposição que não havia sido operada por nenhum outro órgão do poder judicial que tenha intervindo antes.

8.1.2. Sendo a conduta atribuível originariamente o STJ sido perpetrada no dia 16 de junho de 2021 e notificada no dia 18 do mesmo mês e ano, tendo o recorrente atuado no dia 24 desse mesmo mês, independentemente de se saber se não seria exigível uma diligência complementar, o que se enfrentará adiante, pode-se dizer que o fez dentro dos parâmetros deste pressuposto.

8.2. De outra parte, dispõe o artigo 6º que “o recurso de amparo só poderá ser interposto depois de terem sido esgotados todos os meios legais e todas as vias de recurso ordinário estabelecidas pela respetiva lei de processo”.

8.2.1. A fórmula utilizada vai num sentido extremamente amplo porque referindo-se a meios legais abarca qualquer mecanismo que seja idóneo a assegurar a defesa de direitos e interesses legítimos seja ele pré-decisório, decisório ou pós-decisório; ordinário, extraordinário ou especial. Do que decorre o efeito evidente de que, enquanto os mecanismos pré-decisórios de tutela através da submissão de requerimentos vários podem ser absorvidos pela necessidade de recurso ordinário decorrente do segundo segmento da disposição, o facto de inexistirem recursos ordinários disponíveis não isenta os titulares do direito de terem de utilizar qualquer via legal decisória prevista na respetiva lei de processo, desde que ela seja hábil a produzir o efeito de proteção do direito. Isso, na medida em que preservado o poder jurisdicional do tribunal recorrido em relação à questão colocada, por exemplo uma nulidade, esta possa revogar a sua própria decisão.

8.2.2. Na situação concreta que temos em mãos, não haveria mais meios ordinários para impugnar uma decisão tirada pelo órgão de topo dos tribunais judiciais, o Egrégio STJ, disso não decorrendo que não havia que se lhe ter dirigido um pedido de reparação.

8.3. Com efeito, dispõe a lei que o pedido de amparo contra condutas do poder judicial depende de ter “sido requerida reparação”, condição essencial para, por um lado, garantir que os tribunais judiciais, que também são órgãos de proteção de direitos, possam reparar eventuais lesões que tenham ocasionado, e, do outro, evitar que o Tribunal Constitucional seja inundado de súplicas de amparo que pudessem ter sido resolvidas e ultrapassadas através da intervenção dos tribunais judiciais e garantir que quando ele intervenha todos os argumentos já tenham sido apresentados e discutidos e a questão já esteja estabilizada e amadurecida. Sendo assim, tendo o *Acórdão nº 11/2017, de 22 de junho, Maria de Lurdes v. STJ, sobre violação do direito de constituir família por não reconhecimento de união de facto*, Rel: JC Pina Delgado, 1.2.2, assentado entendimento de que é mister verificar se uma imputação de vulneração de direito que é submetida foi precedida da colocação da questão ao órgão judicial recorrido em moldes que este a pudesse apreciar e reparar, a partir do *Acórdão nº 13/2017, de 20 de julho, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 47, 8 de agosto de 2017, pp. 1024-1029, esta Corte Constitucional tem sustentado a imprescindibilidade de se confirmar que houve pedido de reparação, passando, já na fase de admissibilidade, a avaliar o cumprimento do disposto na alínea c) do número 1 do artigo 3 em conjugação com o disposto no artigo 6. Portanto, para haver esgotamento das

vias ordinárias de recurso é preciso que se prove ter invocado perante a instância recorrida a violação do direito alegadamente violado em termos perceptíveis, que se tenha requerido a sua reparação, que a violação não tenha sido reparada e que, no momento em que se requer o amparo ao Tribunal Constitucional, processos paralelos, passíveis de garantir a tutela do direito, não estejam a tramitar em qualquer outra instância (*Acórdão 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 2 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, d); *Acórdão 45/2021, de 6 de outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, d)).

8.3.1. Havendo, por motivos evidentes, flexibilidade para se o fazer através de meios ordinários ou extraordinários, é exigência incontornável que se assim se proceda – e, talvez, sobretudo, nos casos em que a violação primária só pode ser atribuída ao último tribunal na cadeia decisória – tanto nos casos em que se lhe atribui uma violação por ação, como uma violação por omissão.

8.3.2. Por conseguinte, era exigência incontornável que pedido de reparação se seguisse a esse ato judicial na sequência da sua notificação ao recorrente. Ainda que se possa afirmar que o tribunal recorrido pudesse conhecer as posições do recorrente acerca da aplicação de medidas de coação pessoal em situação em que hajam fortes indícios de que terá agido ao abrigo de uma causa de justificação, em se tratando de aplicação de uma medida de coação nunca antes aplicada, fundamentada de modo muito particular pelo órgão judicial recorrido com apelo a argumento de que na fase em que se encontrava o processo, a não comprovação da presença de causa de exclusão de legítima defesa, a impossibilidade de manutenção da prisão preventiva, a inadequação de qualquer outra medida adequada e o perigo de fuga, justificavam a aplicação da medida de coação de obrigação de permanência em habitação. Medida esta que, na opinião do STJ, limitando de alguma forma a liberdade individual, não constituir-se-ia numa privação total da liberdade como a prisão preventiva, portanto não sendo vedada em tais circunstâncias.

8.3.3. Se, como articula na peça que requereu o escrutínio desse ato concreto do poder judicial, a conduta do STJ conduz à violação dos seus direitos à presunção da inocência, liberdade, emigração e de entrar e sair livremente do território nacional em desrespeito por uma decisão do Tribunal Constitucional, deveria ter colocado a questão a esse órgão judicial e pedido reparação específica da alegada violação de direitos da sua titularidade por esse ato judicial concreto.

8.3.4. O que se observa, é que tendo a alegada violação se materializado no dia 16 de junho de 2021, com a sua notícia a chegar formalmente ao recorrente no dia 18, o mesmo acabou por meter diretamente o recurso de amparo no dia 24 do mesmo mês, sem primeiro dirigir pedido de reparação ao órgão recorrido.

8.3.5. Destarte, não parece a este Tribunal que o pressuposto especial de pedido de reparação foi cumprido pelo recorrente, inabilitando esta Corte Constitucional a conhecer a questão no mérito (*Acórdão 14/2018, de 28 de junho, Edmir de Barros e Outros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 49, de 20 de julho de 2018, d); *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Edmir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, d); *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, d); *Acórdão 21/2019, de 27 de junho de 2019, Edgar Silva v. TRB*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, d); *Acórdão 25/2019, de 1 de agosto, Eder Yanick v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 26 de setembro de 2019, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, d); *Acórdão 47/2019, de 31 de dezembro, Adnilson Montrond v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 14, de 4 de fevereiro de 2020, d); *Acórdão 04/2020, de 14 de fevereiro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 25, de 3 de março de 2020, d); *Acórdão 07/2020, de 6 de março, Sanou Moussa v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim*

*Oficial*, I Série, N. 86, de 23 de julho de 2020, d); *Acórdão 26/2022, de 24 de junho, Anilton Vieira e Leocádio da Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 94, de 28 de setembro de 2022, d)).

9. Como se tem considerado em outras ocasiões, a ausência de uma das condições de recorribilidade é suficiente para conduzir à inadmissão do recurso, ficando sem efeito útil qualquer inquérito sobre a presença ou não das causas especiais de inadmissão previstas pelo artigo 16, alínea e) e f), da Lei do Amparo e do *Habeas Data*, nomeadamente as de manifestamente não estar em causa violação de direitos, liberdades e garantias ou de o Tribunal já ter rejeitado, por decisão transitada em julgado, recurso com objeto substancialmente igual.

10. Através da segunda peça que protocolou, o recorrente pede que se adote medidas provisórias de “suspensão” imediata da “medida de coação de obrigação de permanência na habitação a que foi sujeito por força do Acórdão N. 63/STJ/2021, de 16 de junho” e de comunicação “às autoridades policiais, a nível local e nacional, para, ao contrário do que já foi decretado pelo Supremo Tribunal de Justiça, não perturbarem ou obstaculizarem o seu direito fundamental à liberdade de movimentos pessoal, abstendo de o coagir a ficar confinado na sua habitação”. Por força dos acontecimentos supervenientes sempre seria inadequado conceder-se tais medidas provisórias, nem tão-pouco a requerida mais recentemente de suspensão do ato através do qual o STJ “quis sujeitar o recorrente (...) à medida de coação pessoal de ‘obrigatoriedade de permanência na habitação’ porque resultaria “evidente que a sua execução” acarretaria prejuízos ao recorrente e implicaria na inutilidade do amparo, pela simples e lógica razão de ela, em si, não estar em execução, designadamente pelo facto de o recorrente ter abandonado por iniciativa própria o confinamento domiciliário imposto e encontrar-se fora do país. Mas, em função da determinação já feita no parágrafo anterior quanto à admissibilidade, não é necessário proceder a tal ponderação neste processo.

10.1. A este respeito, o Tribunal já havia fixado orientação no sentido de que existe uma relação indissociável e instrumental entre o amparo destinado a remediar situações de violação de direitos, liberdades e garantias e as medidas provisórias requeridas no âmbito dos mesmos autos (*Acórdão 08/2019, de 14 de fevereiro, João Baptista Delgado v. TJCP*, Rel: JCP Pinto Semedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 29, de 14 de março de 2019, p. 509-511, II.).

10.2. A mesma orientação foi adotada, sem qualquer desvio, pelos seguintes arestos: *Acórdão 21/2018, de 16 de outubro, Cleidir Smedo v. Diretor da Cadeia Central da Praia e Ministra da Justiça*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 68, de 25 de outubro de 2018, p. 1648-1655; *Acórdão 04/2019, de 24 de janeiro, Eduina Ferreira v. Tribunal Judicial da Comarca do Paul*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 28, de 13 de março de 2019, p. 484-490, d); *Acórdão 22/2019, de 27 de junho, Elton Dias v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 79, de 22 de julho de 2019, p. 1227-1232, d); *Acórdão 40/2019, de 11 de outubro, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 121-131, d); *Acórdão 44/2019, de 20 de dezembro, Arlindo Teixeira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 6, de 14 de janeiro de 2020, p. 151-155, d); *Acórdão 26/2020, de 09 de julho, Vanda de Oliveira v. TJCSV*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2152-2157; *Acórdão n.º 28/2020, de 24 de julho, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 139, de 23 de dezembro de 2020, p. 2168-2172, d); *Acórdão 57/2020, de 27 de dezembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 16, de 12 de fevereiro de 2021, p. 565-573, d); *Acórdão 29/2021, de 03 de junho, António Veiga e Outros v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2264-2270, d); *Acórdão 34/2021, de 11 de junho de 2021, Anilson Silva v. CSMJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim oficial* N. 88, de 16 de setembro, p. 2299-2305, d); *Acórdão 40/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2571-2579, III; *Acórdão 41/2021, de 14 de setembro, Alex Saab v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2580-2590, III; *Acórdão 45/2021, de 06 de 22 outubro, Amadeu Oliveira v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 100, de 15 de outubro de 2021, p. 2604-2610, III, *Acórdão 51/2021, de 25 novembro, Pedro Veiga v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 95-99, III, *Acórdão 56/2021, de 06 de dezembro, Ognochukwo Barros v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 5, de 17 de janeiro de 2022, p. 121-126, III.; *Acórdão 12/2022, de 8 de março, António Monteiro v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 30, de 5 de abril de 2022, p. 909-916, III.; *Acórdão 18/2022, de 19 de*



*abril, Ivan Jorge Fernandes v. STJ*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, N. 65, de 1 de julho de 2022, p. 1590-1596, III; e Acórdão 39/2022, de 28 de outubro, *Tecnicil Imobiliária v. PGR*, Rel: JCP Pinto Smedo, publicado no *Boletim Oficial*, I Série, n.º 2, de 5 de janeiro de 2023, p. 42-49, III.

10.3. Do que decorre que a não-admissão do recurso de amparo, prejudica a avaliação do pedido de decretação de medida provisória, o qual, em tais casos, deve ser, sem mais, liminarmente rejeitado.

### **III. Decisão**

Pelo exposto, os juízes do Tribunal Constitucional, reunidos em plenário, decidem não admitir o recurso de amparo, ordenando o seu arquivamento, e negar a concessão das medidas provisórias requeridas.

Registe, notifique e publique.

Praia, 5 de abril de 2023

*José Pina Delgado* (Relator)

*Aristides R. Lima*

*João Pinto Smedo*

### **ESTÁ CONFORME**

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 5 de abril de 2023.

O Secretário,

*João Borges*